



## PODER JUDICIÁRIO

### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2012.0000273357

#### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0008307-47.2010.8.26.0533, da Comarca de Santa Bárbara D Oeste, em que é apelante PAULO SÉRGIO DE SOUZA (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado J W N TRANSPORTES LTDA.

ACORDAM, em 29ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores SILVIA ROCHA (Presidente sem voto), S. OSCAR FELTRIN E FRANCISCO THOMAZ.

São Paulo, 13 de junho de 2012.

Pereira Calças  
RELATOR  
Assinatura Eletrônica



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

## 29ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO nº 0008307-47.2010.8.26.0533

Comarca : Santa Bárbara D'Oeste - 1ª Vara Cível  
Apelante : Paulo Sérgio de Souza (justiça gratuita)  
Apelada : JWN Transportes Ltda.

## VOTO Nº 23.508

Apelação. Responsabilidade civil.  
Acidente de trânsito. Prescrição.  
Ocorrência. Coisa julgada. Ocorrência.  
Sentença mantida por seus próprios  
fundamentos, ora reproduzidos (art.  
252 do RITJSP). Precedentes do STJ e  
STF. Apelo a que se nega provimento.

Vistos.

1. Trata-se de ação de reparação de danos morais e materiais **PAULO SÉRGIO DE SOUZA** move contra **JWN TRANSPORTES LTDA.**, julgada improcedente pela sentença de fls. 109/111, proferida pelo Juiz Thiago Garcia Navarro Senne Chicarino, cujo relatório é adotado.

Apela o autor às fls. 115/118. Alega falha na representação processual do réu, devendo, assim, ser aplicada a revelia. Informa que o apelante jamais recebeu qualquer valor ou autorizou qualquer terceiro a recebê-lo em virtude de acordo anteriormente firmado com a ré por motivo do acidente no qual autor e preposto da

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

29ª Câmara de Direito Privado

**APELAÇÃO nº 0008307-47.2010.8.26.0533**

ré se envolveram em 1995. Afirma que, à época do dito acordo, não gozava e que ainda não goza, de capacidade intelectual e discernimento. Em virtude de dizer-se absolutamente incapaz, aduz que a prescrição deve ser afastada. Insurge-se contra a condenação por litigância de má-fé. Pugna pelo provimento.

O recurso foi recebido, processado e respondido (fls. 122/126); anotada a gratuidade.

Relatados.

2. A sentença deve ser confirmada pelos seus próprios e bem deduzidos fundamentos, os quais ficam inteiramente adotados como razão de decidir, nos termos do art. 252 do Regimento Interno deste Tribunal, que estabelece: *“Nos recursos em geral, o relator poderá limitar-se a ratificar os fundamentos da decisão recorrida, quando, suficientemente motivada, houver de mantê-la”*.

Na Seção de Direito Privado desta Corte, o dispositivo regimental tem sido largamente utilizado por suas Câmaras, seja para evitar inútil repetição, seja para cumprir o princípio constitucional da razoável duração dos processos. Anote-se, dentre tantos outros precedentes: **Apelação nº 994.06.023739-8**, rel. Des. Elliot Akel, em 17/06/2010; **Agravo de Instrumento nº 990.10.153930-6**, rel. Des. Luiz Antonio de Godoy, em 17/06/2010; **Apelação nº 994.02.069946-8**, rel.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

## 29ª Câmara de Direito Privado

## APELAÇÃO nº 0008307-47.2010.8.26.0533

Des. Paulo Eduardo Razuk, em 08/06/2010; **Apelação nº 994.05.106096-7**, rel. Des. Neves Amorim, em 29/06/2010; **Apelação nº 994.04.069012-1**, rel. Des. José Roberto Bedran, em 22/06/2010; **Apelação nº 990.10.031478-5**, rel. Des. Beretta da Silveira, em 13/04/2010; **Apelação nº 994.05.0097355-6**, rel. Des. James Siano, em 19/05/2010; **Apelação nº 994.01.017050-8**, rel. Des. José Joaquim dos Santos, em 27/05/2010; **Apelação nº 994.04.080827-0**, rel. Des. Alvaro Passos, em 17/09/2010; **Apelação nº 994.04.073760-8**, rel. Des. Paulo Alcides, em 01/07/2010; **Agravo de Instrumento nº 990.10.271130-7**, rel. Des. Caetano Lagrasta, em 17/09/2010.

O colendo Superior Tribunal de Justiça tem prestigiado este entendimento quando predominantemente reconhece *"a viabilidade de o órgão julgador adotar ou ratificar o juízo de valor firmado na sentença, inclusive transcrevendo-a no acórdão, sem que tal medida encerre omissão ou ausência de fundamentação no decisor"* (REsp nº 662.272-RS, 2ª Turma, rel. Min. João Otávio de Noronha, j. de 4.9.2007; REsp nº 641.963-ES, 2ª Turma, rel. Min. Castro Meira, j. de 21.11.2005; REsp nº 592.092-AL, 2ª Turma, rel. Min. Eliana Calmon, j. de 17.12.2004 e REsp nº 265.534-DF, 4ª Turma, rel. Min. Fernando Gonçalves, j. de 1.12.2003).

E também o Pretório Excelso tem entendido correntemente que é possível adotar os fundamentos de parecer do Ministério Público para decidir, assim o tendo feito recentemente na decisão da

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

29ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO nº 0008307-47.2010.8.26.0533

lavra do eminente Ministro Dias Toffoli, nos RE nº 591.797 e 626.307, em 26.08.2010, em que assenta, textualmente, o que segue: *“Acompanho na íntegra o parecer da douta Procuradoria-Geral da República, adotando-o como fundamento desta decisão, ao estilo do que é praxe na Corte, quando a qualidade das razões permitem sejam subministradas pelo relator (Cf. ACO 804/RR, Relator Ministro Carlos Britto, DJ 16/06/2006; AO 24/RS, Relator Ministro Maurício Corrêa, DJ 23/03/2000; RE 271771/SP, Relator Ministro Néri da Silveira, DJ 01/08/2000)”*.

Consigna-se apenas que, corretamente, a sentença assentou o seguinte:

*“O fato que deu ensejo à gênese da pretensão indenizatória ocorreu no dia 22.08.1995 (data do acidente), portanto, enquanto vigorava o vestuto Código Civil. E, na vigência deste diploma, o prazo prescricional era vintenário, por força do disposto nos artigos 177 e 179, tendo em linha de conta que inexistia regulação específica do prazo prescricional para a ação de reparação por ato ilícito (ou reparação civil).*

*Ocorre que, aos 11 de janeiro de 2003, quando entrou em vigor o novel Código Civil, sobreveio ao ordenamento jurídico prazo prescricional específico para a pretensão de reparação civil, de três anos, consoante se depreende do disposto no artigo 206, §3º, inciso V, do referido diploma legal.*

*Destarte, sendo de rigor a observância do prazo prescricional de três anos, a contar da data de início de vigência do atual Código Civil (ou seja, 11.01.2003), conclusão inarredável que se impõe é o reconhecimento da prescrição da pretensão deduzida neste processo, dada a superação do triênio, antes do ajuizamento da presente ação, que se deu apenas em 2010.*

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

29ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO nº 0008307-47.2010.8.26.0533

*Em remate assinalo que, à toda evidência, não há (que) se falar em incapacidade civil do autor, de modo a importar na falta de curso do prazo prescricional em seu desfavor (artigo 198 do CC), porquanto considero que os documentos médicos que instruem a prefacial não têm o condão de demonstrar a ausência do necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, o que é coisa absolutamente discrepante de mero “déficit cognitivo”, tanta que a simples redução de discernimento implica apenas e tão somente em incapacidade parcial (artigo 4º, inciso II, do CC), a qual não é albergada pela regra contida no aludido artigo 198 do Codex”.*

Acrescente-se que a apelada demonstrou que o apelante já buscou (e obteve) a reparação civil em virtude do acidente que gerou a invalidez, conforme acordo entabulado entre as partes de fls. 102/104 e que em outra oportunidade também procurou amparo no Judiciário, mas sem êxito (fls. 96/99), pois a sentença que homologou o acordo extrajudicial anteriormente fez coisa julgada.

Impende destacar também que uma das perícias realizadas classificou o autor como “consciente e orientado” (fl. 82), de forma que, além de inexistir nestes autos qualquer prova ou início de prova de sua incapacidade, há indícios de que o recorrente é absolutamente capaz. Além disso, se fosse hipótese de incapacidade absoluta, deveria ter sido interditado com a constituição de um curador para que se fizesse representar nesta ou em qualquer demanda.



## TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

## 29ª Câmara de Direito Privado

APELAÇÃO nº 0008307-47.2010.8.26.0533

Bem por isso, inexistente fundamento que autorize afastar a penalidade por litigância de má-fé (art. 17, II do CPC).

Outros fundamentos são dispensáveis diante da adoção integral dos que foram acertadamente deduzidos na sentença, e aqui expressamente utilizados para evitar inútil e desnecessária repetição, nos termos artigo 252 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça.

3. Isto posto, pelo meu voto, nego provimento ao apelo.

**DESEMBARGADOR MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS**

**RELATOR**